

## João Franco: uma educação liberal (1884-1897)\*\*

O franquismo e o governo franquista de 1906-1908 têm sido invocados pelos historiadores como uma prefiguração das tendências antiliberais que haviam de animar o salazarismo. O presente estudo sobre a primeira parte da carreira política de João Franco, entre a sua eleição como deputado (1884) e o fim do governo de 1893-1897, considera espúria a aproximação entre Franco e Salazar. O contexto mais adequado à compreensão do franquismo é, quanto a nós, a tradição reformista da elite liberal do século XIX, e não a do antiliberalismo do século XX. Este estudo contesta ainda a tese de que o franquismo consistiu numa reacção de defesa da *nomenklatura* liberal contra uma suposta ascensão do Partido Republicano Português. A revolução de 1910 levou os historiadores a interpretarem as décadas anteriores como uma simples antecâmara da República. É um erro. Antes de 1908, os liberais nunca presentiram o PRP como uma plausível alternativa de poder. O franquismo expressou as utopias cívicas e a competição interna por posições da elite liberal. É precisamente como introdução ao liberalismo, talvez o elemento mais incompreendido da cultura portuguesa contemporânea, que a biografia de Franco interessa.

### A LENDA NEGRA DO FRANQUISMO

Os interesses investidos na transfiguração salazarista de Franco, equivocadamente provada por uma troca de cartas entre Franco e Salazar em 1929,

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

\*\* O presente ensaio condensa o capítulo v de *Liberal Reformism in Portugal: Oliveira Martins, the Movement for a New Life and the Politics of the Constitutional Monarchy (1885-1908)*, dissertação de doutoramento, Universidade de Oxford, 1997 (parcialmente subsidiada pela JNICT). Agradeço a Maria Filomena Mónica e a Vasco Pulido Valente a cedência de alguns dos documentos utilizados.

eram óbvios, sobretudo à esquerda: a apresentação de Franco como um salazarista prematuro justificava a república de 1910: a revolução do 5 de Outubro deixava de ser um perverso golpe sectário contra um regime liberal para aparecer como uma nobre e precoce manifestação de resistência antifascista<sup>1</sup>. Só mesmo a própria extrema-direita, que sempre menosprezou Franco como um mero epígono do liberalismo fontista, discordou destas metamorfoses históricas<sup>2</sup>. De resto, a lenda do «despotismo» franquista sofreu algumas modulações, mas ainda não foi criticada como merecia<sup>3</sup>. O mito do Franco salazarista confortou sempre as correntes autoritárias da direita e da esquerda que dominaram em Portugal no século XX. Poupava-as ao confronto com a tradição do liberalismo de governo do século XIX, isto é, com a possibilidade de a ordem e a mudança poderem ser obtidas dentro de um regime tolerante. Graças à obliteração histórica do liberalismo, a direita podia argumentar que, em Portugal, só sob a ditadura se mantinha a ordem e a esquerda que só com outra ditadura poderia mudar-se o país. Na Península Ibérica, o antigo liberalismo teve de esperar pela emergência de uma direita e de uma esquerda democráticas, depois de 1975, para voltar a ser tomado a sério. Em Espanha, o centenário de Antonio Cánovas del Castillo, em 1997, revelou que a corrente dominante da direita se reconhecia agora em Cánovas<sup>4</sup>. Esta mudança provocou reavaliações, como a de Antonio Maura, tão demonizado em Espanha como Franco em Portugal<sup>5</sup>. É esta revisão da história que ainda está por consumir em Portugal.

Não serei injusto se disser que a história mais recente do franquismo consistiu na adaptação das teorias marxistas sobre o fascismo. Os marxistas entenderam a democracia como uma conquista das massas e o fascismo como a reacção da antiga classe dirigente a essa conquista. Franco foi identificado como o representante de uma oligarquia ameaçada pela revolta da massa urbana, supostamente guiada pelo Partido Republicano. Logo, Franco só podia ser pré-fascista. Para este tipo de explicação, as intenções e ideias de Franco, bem assim como as circunstâncias e pormenores da sua vida política, eram irrelevantes.

---

<sup>1</sup> Cf., e. g., Lopes de Oliveira, *História da República Portuguesa*, Lisboa, 1947, pp. 154, 230, 238 e 242, onde se insinua a relação entre Franco, o «Estado Novo» e o fascismo.

<sup>2</sup> Alfredo Pimenta, *Três Verdades Vencidas*, Lisboa, 1949, pp. 62-63; Rolão Preto, entrevista, in João Medina, *Salazar e os Fascistas*, Lisboa, Bertrand, 1978, p. 161.

<sup>3</sup> A *História de Portugal* de Oliveira Marques, muito seguida no ensino, denuncia João Franco como «adepto de um novo tipo de monarquia, assaz despótica» (v. 5.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Palas Editores, 1978, vol. II, p. 110).

<sup>4</sup> José Maria Aznar, «En el centenario de la pérdida de Cánovas», in *ABC*, Madrid, 8-8-1997, p. 3.

<sup>5</sup> Javier Tusell, *Antonio Maura*, Madrid, Alianza, 1994; María Jesús González, *El Universo Conservador de Antonio Maura. Biografía y Proyecto de Estado*, Madrid, Editorial Biblioteca Nueva, 1997.

O que distingue o presente ensaio não é a diferente valorização da figura de Franco, mas a metodologia empregada no seu estudo: trata-se de compreender a vida política de Franco no quadro das tradições da monarquia constitucional, em que ele se formou como político, e não do mundo do pós-primeira guerra mundial. Na Europa do tempo de João Franco, o que estava na ordem do dia era o aperfeiçoamento das instituições representativas. Como nota Eric Hobsbawm, depois de descrever as dificuldades do governo parlamentar na Europa antes de 1914,

Generations of readers who have grown up since the First World War may find it surprising that no government seriously envisaged the abandonment of constitutional and parliamentary systems at this time. For after 1918, liberal constitutionalism and representative democracy were indeed to retreat on a broad front, though partly restored after 1945. In our period this was not the case [...] bourgeois society as a whole did not feel seriously and immediately threatened, neither had its nineteenth century values and historic expectations been seriously undermined as yet. Civilized behaviour, the rule of law and liberal institutions were still expected to continue their secular progress<sup>6</sup>.

Com a Grande Guerra houve uma ruptura que só os visionários adivinharam. A Rússia e a Itália passaram a ser governadas por partidos extremistas. Começou-se a falar da «crise da democracia parlamentar» e da necessidade de defender a civilização contra uma nova barbárie. Por volta de 1940, Eduardo Schwalbach dizia de um político contemporâneo de Franco: «Se em sonho tivesse lobrigado o dia de hoje, sacudir-se-ia a si próprio para acordar<sup>7</sup>.» Tudo mudara, e os historiadores que procuram genealogias apressadas para o autoritarismo da década de 1930 arriscam-se a cair na ratoeira das «origens», classicamente denunciada por Marc Bloch.

A decisão de estudar Franco no seu contexto histórico tem a ver com outro pressuposto: o de que as percepções e as motivações das personagens têm importância para compreender os seus actos, mesmo que não expliquem as consequências desses actos. O que está em causa não é a descoberta das intenções íntimas do indivíduo, mas a descrição da sua «utilização mental», para usar um termo de Lucien Febvre, isto é, do quadro de referências usado por ele e pelos seus contemporâneos para conceber o mundo. A realidade apresenta-se aos agentes históricos, não tal como «é», mas como eles podem concebê-la a partir dos seus princípios e preconceitos. Ou seja, os cálculos e as acções possíveis dos agentes históricos num determinado momento estão limitados pelo conjunto de meios de avaliação e expressão ao

---

<sup>6</sup> E. J. Hobsbawm, *The Age of Empire, 1875-1914*, Londres, Cardinal, 1989, pp. 99-100.

<sup>7</sup> Eduardo Schwalbach, *A Lareira do Passado*, Lisboa, 1944, p. 233.

seu dispor, por aquilo que também podemos descrever como uma «cultura política». A minha hipótese é a de que estes meios, no caso de Franco, permaneceram ancorados na cultura política da elite liberal.

O Estado liberal instaurado depois da guerra civil de 1832-1834 tem sido estudado como uma aplicação precoce do «neoliberalismo» do século XX. No entanto, o liberalismo do século XIX não foi, de facto, uma antecipação frustre da ideologia dos críticos conservadores do Estado-Providência, com a sua ênfase no mercado livre e no individualismo. Os antigos liberais, na sua polémica contra a arregimentação católica e as instituições corporativas da monarquia tradicional, naturalmente, também deram importância a tudo o que pudesse facilitar a autonomia individual. Mas o seu objectivo nunca foi o de construir sociedades onde entre os indivíduos não houvesse mais nexo do que o constituído pelas relações de mercado. Os liberais aspiravam a construir em Portugal o que poderíamos chamar «um estado cívico». Queriam que o governo pertencesse a um corpo de cidadãos, autónomos e iguais, para quem a actividade política constituísse a mais alta forma de realização pessoal. Esta comunidade de cidadãos compreendia os homens adultos, educados e com meios de vida. Era neles que a razão residia, e seria pelo uso calmo da razão que os liberais se propunham resolver a maior parte dos problemas humanos. Obviamente, sabiam que nem toda a população estava preparada para aceder a esse tipo de vida: uns porque não tinham educação, outros porque eram pobres, etc. Mas um dia, graças à educação e à prosperidade, todos os homens integrariam esta comunidade liberal. Na década de 1840 havia liberais preparados para resistirem àqueles extremistas que pregavam uma democratização imediata. Desde a chamada Regeneração de 1851-1852, os governantes renunciaram à retórica da resistência, mas estabeleceram que o caminho para atingir a democracia estava em reformas progressivas, e não na insurreição<sup>8</sup>. Por isso, tal como no resto da Europa, o crescente enquadramento da população por instituições educativas e representativas constituiu mais uma iniciativa da elite do que uma exigência das «massas»<sup>9</sup>. Franco manteve-se fiel à tradição deste liberalismo reformista.

Aquilo que os historiadores têm nervosamente denunciado como o «autoritarismo» franquista não significou uma ruptura com a tradição liberal. O «autoritarismo» documentado reduz-se ao seguinte: Franco utilizou as competências constitucionais do rei para assegurar a preeminência política do governo e recorreu aos poderes da administração para controlar eleições, conter a imprensa e evitar manifestações de rua. Nada disto era inédito na

---

<sup>8</sup> V. Rui Ramos, «Oliveira Martins e a ética republicana», in *Penélope*, n.º 18, 1998, pp. 167-187, e *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal*, Lisboa, Estampa, 1994, pp. 107-111.

<sup>9</sup> Para o caso da Inglaterra, v. o estudo de James Vernon, *Politics and the People: A Study in English Political Culture, c. 1815-1867*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

história liberal. Mas os historiadores marxistas nunca compreenderam a diferença entre este «autoritarismo» e o fascismo do pós-guerra, porque para eles qualquer reforço da ordem num Estado não socialista é, *ipso facto*, fascismo. A falta de disciplina no uso do conceito de «fascismo» é uma das causas das aberrantes interpretações do franquismo. A outra está numa lamentável falta de subtilidade e argúcia na compreensão da cultura liberal. Os debates entre centralistas e municipalistas, entre parlamentaristas e monarquistas, entre proteccionistas e livre-cambistas, entre igualitaristas e elitistas, não estabeleciam a fronteira entre liberalismo e não-liberalismo, mas eram interiores ao campo liberal. Sem se compreender a plasticidade e complexidade do liberalismo histórico nunca se entenderá a história desta época. O liberalismo nunca foi um sistema, mas um debate. Compreendia várias posições possíveis, algumas mesmo antagónicas, mas que era possível relacionar com os princípios que sustentavam o estado cívico. Franco nunca saiu deste debate nem recusou os princípios que o limitavam: nunca negou a igualdade de todos os cidadãos perante a lei; nunca contestou o sistema representativo; nunca pôs em causa o direito à dissidência; sobretudo, jamais questionou a necessidade de o poder político se exercer através da lei<sup>10</sup>. John Rawls, a propósito da desobediência à lei numa democracia, notou que «não se deixa de ser democrata a não ser que se acredite que haverá outro regime que seja melhor e se orientem os nossos esforços nessa direcção»<sup>11</sup>. Nunca ninguém se preocupou em demonstrar, com documentos, que Franco, conscientemente, desejou um regime não liberal. Acima de tudo, é necessário compreender que a mentalidade de Franco não era fascista num sentido fundamental. Franco nunca viu a resistência ao seu governo como um mal absoluto que fosse necessário erradicar. Pelo contrário, tentou mesmo arranjar um lugar para o PRP, como grupo de pressão «avançado». Ora este ponto marca uma distinção radical entre Franco e os ditadores não liberais do pós-guerra, comunistas ou fascistas.

Não quer isto dizer, porém, que o franquismo não tivesse aberto horizontes para além do Estado liberal. Os acontecimentos são o resultado de múltiplas acções contraditórias, de modo que a situação final pode não ser a desejada por nenhum dos agentes ou sequer a que melhor serve os seus interesses. A minha hipótese é a de que o papel de Franco, ao contrário do que a historiografia corrente sugere, não foi o de erguer uma alternativa anti-liberal ao liberalismo, mas o de, ao tentar realizar as soluções liberais, revelar o seu esgotamento e abrir, assim, o caminho a essa alternativa sob a forma do radicalismo republicano.

---

<sup>10</sup> Sobre a interpretação da cultura liberal como um debate, v. Rui Ramos, «A prisoner of liberalism: the strange case of Oliveira Martins», in *Portuguese Studies*, vol. 16, 2000, pp. 52-82.

<sup>11</sup> John Rawls, *A Theory of Justice*, Oxford, Oxford University Press, 1973, pp. 296-297.

## FRANCO ANTES DO FRANQUISMO

Franco é um exemplar típico da elite liberal que governou Portugal no século XIX. Essa elite era constituída por diplomados do ensino superior, maioritariamente formados em Direito<sup>12</sup>, empregados pelo Estado<sup>13</sup> e oriundos das chamadas «classes médias», isto é, daqueles grupos sociais que dispunham dos rendimentos e empregos próprios para evitarem o estigma do trabalho manual<sup>14</sup>. Uma parte apreciável dos políticos estava, como seria de prever num meio pequeno, aparentada entre si. Ora Franco viveu entre eles e como um deles desde que se estabeleceu em Lisboa em 1883. Era bacharel em Direito, filho de um proprietário rural, e funcionário público. Era também parente de vários outros políticos. Falava bem e escrevia razoavelmente, o que lhe dava alguma vantagem numa vida pública definida por debates de assembleia e polémicas jornalísticas. Era ainda rico, tinha bons contactos, gostava de intrigas e estava plenamente imerso no comércio de «serviços» e de «empenhos» que unia a elite liberal. Não estamos perante aquele tipo de político que emergiu depois da primeira Grande Guerra, como Mussolini, o filho de gente pobre e obscura, com ideias bizarras, que pôde singrar num mundo de hierarquias contestadas e valores revolucionados.

Os antepassados de João Ferreira Franco e Freire Pinto Castelo Branco eram fidalgos da chamada Cova da Beira, no distrito de Castelo Branco, uma região aparentemente remota, mas relativamente próspera. Franco nasceu na aldeia do Alcaide a 14 de Fevereiro de 1855. O Alcaide, a cerca de 5 km do Fundão, a sede do concelho, era um sítio pequeno, de cerca de 300 fogos, onde (segundo o recenseamento de 1890) apenas 5% dos indivíduos sabiam ler e escrever. Francisco Cunha Leal, que lá viveu, calculava em cerca de 25 as famílias de «classe média»<sup>15</sup>. Os Francos estavam entre estas famílias, isto é, entre aqueles que naquela pequena sociedade dispunham dos meios

---

<sup>12</sup> 92% dos 1253 indivíduos eleitos para o parlamento entre 1851 e 1890 tinham um diploma superior. 49% provinham mesmo de uma única instituição, a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra [v. Pedro Tavares de Almeida, *A Construção do Estado Liberal. Élite Política e Burocracia na Regeneração (1851-1890)*, dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp. 88 e 152].

<sup>13</sup> Entre os deputados, a proporção daqueles identificados simplesmente como proprietários caíra de 46% para 11% entre 1861 e 1890, enquanto a percentagem dos funcionários públicos subira de 31% para 53% e a dos membros das profissões liberais de 12% para 24% [v. F. T. Fonseca, «Élites e classes médias», in L. R. Torgal e J. L. Roque (eds.), *O Liberalismo*, vol. v da *História de Portugal*, dir. de J. Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 467].

<sup>14</sup> Dos estudantes universitários da década de 1890, 36% eram filhos de proprietários rurais, 13% de profissionais liberais, 13% de homens de negócios e 10% de funcionários públicos (v. R. Cascão e M. M. Almeida, «Origens sociais dos alunos na Universidade de Coimbra», in AAVV, *Universidades*, Coimbra, Universidade de Coimbra 1991, vol. III, pp. 188-193).

<sup>15</sup> Francisco Pinto Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, Lisboa, 1966, vol. I, pp. 38 e segs.

materiais e intelectuais para preponderar social e politicamente. Não por acaso, a família interessava-se por política desde havia muito. Um dos antepassados de Franco, o major José Pereira Pinto, deixara fama de «liberal»: servira no exército francês em 1810, pertencera à loja maçónica de Gomes Freire de Andrade e passou pelas prisões miguelistas em 1828<sup>16</sup>. Os Francos estiveram sempre integrados na política do regime liberal instalado em 1834. O pai de Franco, Frederico Carlos Franco e Freire, exerceu vários cargos da administração autárquica nas décadas de 1870 e 1880. A influência política dos Francos espantou sempre aqueles que consideravam os seus meios de fortuna. O Alcaide não ficava exactamente na zona mais rica da Cova da Beira, a do vale, mas a meia-serra. A casa de lavoura dos Francos estava longe de ser das mais abastadas da região. O poder dos Francos era feito de determinação, o que nunca faltou ao velho Frederico, teimoso e lutador. A sua rede de contactos e influências estendia-se para além da vila, por toda a região do Fundão. Os homens mais ricos e influentes não formavam uma comunidade harmoniosa, mas uma casta dividida por ódios e rivalidades. Os Francos prosperaram nos interstícios destas fracturas. Eles próprios, no Alcaide, sofriram a concorrência de outra família, a dos Falcões. Era uma guerra com uma dimensão nacional: os Francos estavam ligados aos regeneradores de Fontes Pereira de Melo e os Falcões ao Partido Progressista. A disputa pelo poder na província não era mansa. O Fundão, no fim do século XIX, lembrava, como explicou Franco, «um pequeno México». Não havia eleições sem escândalos e violência. O pai de Franco chegou a sofrer um atentado à bomba (27 de Novembro de 1889) e a ser preso (Outubro de 1901), tudo por questões eleitorais. Desde cedo que João Franco começou, à sombra do pai, a contar votos pelas vilas e aldeias, a escrever cartas eleitorais a familiares e amigos, a negociar resultados com os adversários.

Franco foi o primeiro da sua família a transitar da política local para a política nacional. Mas Franco nunca cortou com as suas raízes. Filho único, manteve uma relação próxima com o pai, a quem continuou a beijar a mão em público e de quem continuou a receber conselhos políticos pelo resto da vida. Desde 1891, aliás, o Alcaide não era exactamente remoto. Havia uma estação da linha ferroviária da Beira Baixa a 1 km de distância. Cada Verão, Franco descia com a família ao Alcaide. Era sempre recebido na estação por dezenas de pessoas, com uma banda de música. A família tinha fama de avarenta, mas Franco era popular graças aos caixotes de brinquedos e aos remédios que trazia de Lisboa para distribuir pela gente da terra. Depois de 1910, retirado em Biarritz, entre milionários e condessas, a eleição da junta

---

<sup>16</sup> A. Leitão, *Um Caso de Loucura Epiléptica*, Lisboa, 1907, p. 14; Rocha Martins, *D. Carlos*, Lisboa, s. d., p. 536; Oliveira Marques, *História da Maçonaria*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, vol. 1, pp. 171 e 399.

de paróquia do Alcaide manteve-se como o seu último interesse político<sup>17</sup>. Quando morreu, em 1929, na sua casa de Lisboa, o padre que tinha ao seu lado era o pároco do Alcaide. Foi sempre um homem da província, cujo sotaque manteve, para gáudio da má-língua lisboeta.

No entanto, como todos os provincianos convencidos de que tinham talento, Franco sonhou sempre com Lisboa. Depois do curso de Direito na Universidade de Coimbra (1870-1875), Franco encetou, em Janeiro de 1877, a via sacra dos bacharéis, como delegado do procurador régio na província. Entre os anos de 1877 e 1883, pelas comarcas de Sátão (por poucos meses), Baião (dois anos) e Alcobaça (quatro anos), o jovem delegado causou furor pela sua tendência para interferir nos assuntos da administração local e pela sua irascível honestidade, que sempre dissuadiu os nativos de o tentarem com os presentes geralmente usados para aplacar os rigores da justiça. Mais tarde, estes anos de nomadismo judicial permitiram-lhe clamar que conhecia bem o país<sup>18</sup>. De facto, a maior parte dos políticos do seu tempo tinham começado como ele, por baixo, na administração provincial. Franco nunca experimentou mais do que enfado por desperdiçar o talento em vilas quietas e terras obscuras<sup>19</sup>. Gradualmente, gravitou em direcção à capital. Em 1883 chegava a delegado no 2.º Distrito Criminal de Lisboa. Solteiro ainda, absteve-se de estúrdias. Nesse ano, um antigo colega da universidade, Augusto Fuschini, descobriu-o nas galerias da Câmara dos Deputados, a assistir aos debates. Arranjou ainda uma assinatura em São Carlos, o outro pólo da alta política. Pouco tempo depois, em 1884, era eleito deputado pelo círculo de Guimarães. Tinha 29 anos. O parlamento beneficiou imenso a sua carreira profissional. Em Setembro de 1885 transitava para o rendoso posto de chefe de serviço na administração geral das alfândegas. Outro ano passado, em Dezembro de 1886, subia a auditor do Tribunal do Contencioso Fiscal Aduaneiro. Entretanto, a sua ascensão política era ainda mais fulgurante. Em 1890 estreava-se no governo, como ministro da Fazenda, um dos cargos cruciais do gabinete. Três anos depois, em Fevereiro de 1893, aparecia como o todo poderoso ministro do Reino. Aos 38 anos chegara ao topo.

A *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada*, numa entrada talvez inspirada pelo próprio, garante que todos os lugares que Franco alcançou foram «adquiridos em concursos por provas públicas». No entanto, o jovem Franco andou sempre bem recomendado e protegido. O pai correspondia-se com o poeta Tomás Ribeiro, um dos ministros de Fontes Pereira de Melo, o que muito

---

<sup>17</sup> Franco, carta ao Padre Francisco Salvador Leal, 24-10-1925, UCL-EARC; conde de Carnide, *Na Intimidade de João Franco*, Lisboa, 1955, pp. 236-237.

<sup>18</sup> Franco, discurso, in *DCD*, 14-3-1896, p. 603.

<sup>19</sup> António Cabral, *Os Culpados da Queda da Monarquia*, Lisboa, 1946, pp. 25 e segs. Cabral conheceu Franco em Baião na década de 1870.



deve ter favorecido a carreira administrativa do jovem Franco. No distrito de Castelo Branco dominava Manuel Vaz Preto Geraldês, riquíssimo proprietário e par do reino, que colaborava frequentemente com Fontes. Em meados da década de 1880 era com Manuel Vaz que Franco fazia todas as combinações eleitorais no distrito. Para os Francos, portanto, o longo consulado fontista de 1871 a 1886 (brevemente interrompido em 1877-1878 e 1879-1881) foi altamente propício. A aliança governamental entre Fontes e os amigos de Manuel Vaz (1883-1886) constituiu, do ponto de vista dos Francos, uma espécie de maximização das suas relações e protecções. Foi nesta conjuntura que o jovem Franco obteve a bênção de Fontes para ser eleito nas listas do governo por Guimarães em 29 de Junho de 1884.

Nas suas primeiras intervenções parlamentares, Franco atacou velhas vacas sagradas, como o passado imperial do país, e amaldiçoou os políticos conservadores, os «cabralistas» da década de 1840, a quem se referiu sempre com indignação. Respeitava a monarquia, sim, mas por simples conveniência: era uma garantia internacional e um recurso para manter a ordem num país sem educação cívica. Nesta declaração de princípios é possível distinguir dois filhos: por um lado, o da esquerda constitucional, ordeira mas nem por isso menos veemente, que então gravitava à volta do governo fontista; por outro lado, o do radicalismo típico da universidade. Em Coimbra, Franco foi aluno de krausistas e positivistas e colega de republicanos exaltados. Franco partilhou a residência com Augusto Fuschini, um dos conferencistas do Casino Lisbonense em 1871. Foi amigo de Bernardino Machado. Deu-se intimamente com José Falcão, autor de panfletos em defesa da Comuna de Paris e futuro líder do Partido Republicano. Fuschini, uma vintena de anos depois, recordou maliciosamente como ele e Falcão, intransigentes inimigos de Deus e do direito de propriedade, obrigaram um Franco caloiro, ainda a cheirar à reverência provinciana, a partilhar o pão de impiedade que era então o alimento espiritual da moda<sup>20</sup>. Franco deixou-se levar pela onda iconoclasta. Tal como a gente ousada da sua geração, ficou a apreciar a crueza das caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro, de quem viria a tornar-se amigo. Exaltou-se com as blasfémias da *História de Portugal* de Oliveira Martins, cujos livros não se cansou de recomendar aos amigos que deixara em Castelo Branco. As suas leituras preferidas em 1907 eram ainda as de um rapaz educado na década de 1870: os mestres do positivismo, como Taine, Spencer e Littré; os historiadores Mommsen e Macaulay; os ídolos do realismo francês, Flaubert e Daudet; finalmente, os autores da moda entre a geração nova em Portugal: Eça, João de Deus, Junqueiro, Ramalho. No ambiente positivista da década de 1870, Franco aprendeu duas coisas: em primeiro lugar, a distinguir entre factos e valores; em segundo lugar, a

<sup>20</sup> A. Fuschini, *Liquidações Políticas*, Lisboa, 1896, pp. 77-78.

reger-se pelo critério da utilidade. Não quer dizer que tivesse deixado de acreditar em valores. Os positivistas não duvidavam do progresso, em que os liberais mais antigos também tinham acreditado. Mas pensavam esse progresso em função de uma série de condições materiais que era preciso realizar e sem as quais os valores valeriam tanto como frases. Franco retirou daqui a pretensão de ver o mundo de uma maneira lúcida e realista, «positiva». Não era um idealista, nem um sonhador – nem o queria ser, e desprezava um pouco aqueles que viviam nas nuvens, como, depois de algum convívio, ele descobriu que, afinal, era o caso de Oliveira Martins, um «nefelibata» político<sup>21</sup>. No parlamento depressa ganhou a reputação de político «moderno», sem os floreios nem o decoro dos velhos. «Actos e não palavras» tornou-se uma divisa preferida. A sua «falta de piedade» era notória<sup>22</sup>. No entanto, Franco não escapou incólume à educação jurídica coimbrã. Ficou estruturalmente «legalista». Era um homem de acção, mas concebeu sempre a acção sob a forma de leis, decretos e portarias<sup>23</sup>.

O estilo atrevido de Franco, longe de o prejudicar, foi um trunfo na primeira metade da década de 1880. A monarquia atravessava mais uma era de radicalismo. A prosperidade de 1871-1875 interrompera-se. Desde então, Fontes Pereira de Melo apostou sobretudo em reduzir a margem de manobra da oposição que lhe aparecia pela esquerda. Fez-se «oportunist», como então se dizia. Tanto no seu governo de 1878-1879 como no de 1881-1886 copiou os programas do Partido Progressista, lançou grandes reformas políticas e recrutou jovens radicais, como Augusto Fuschini. Em 1884, Franco foi apenas mais um dos jovens ambiciosos e de ideias avançadas da colheita fontista. O sistema não os empurrava para o conservadorismo: os liberais tinham reduzido o catolicismo a um culto cívico gerido pelo Estado, destruído a antiga nobreza da corte e tratavam a monarquia como uma mera conveniência, sem qualquer emoção dinástica. Em Lisboa não havia uma grande nobreza cortesã ou uma Igreja poderosa para imporem sentido de hierarquia e reverência a um jovem como Franco. A questão estava em aceitar uma carreira dentro da elite estabelecida, ou então, como fez o seu colega de curso Sebastião Magalhães Lima, juntar-se aos pequenos clubes republicanos de Lisboa. Franco preferiu o *establishment*. A sua profissão de fé política em 1885 punha-o em sintonia com a esquerda constitucional, uma corrente de opinião representada pelo Partido Progressista e por outros grupos, entre os quais os de Manuel Vaz e José Dias Ferreira, e também disputada por Fontes.

---

<sup>21</sup> Franco para D. Carlos, s. d. (c. Janeiro de 1892), UCL-EARC.

<sup>22</sup> Barão de São Clemente, *Estatísticas e Biografias Parlamentares*, terceiro livro, terceira parte, Porto, 1892, pp. 627-628; António Cabral, *Os Culpados*, pp. 40-41; Carnide, *Na Intimidade*, p. 49.

<sup>23</sup> Carnide, *Na Intimidade*, p. 34.

À volta de Manuel Vaz e José Dias estava uma mistura de saldanhistas e de radicais da antiga Regeneração que se haviam encontrado no último governo de Saldanha em 1870. Na década de 1870 colaboraram com Fontes. Em 1879 aproximaram-se dos progressistas, mas no princípio da década de 1880 uma parte estava novamente na órbita fontista<sup>24</sup>. Franco estava relacionado com eles pela sua amizade com Manuel Vaz e com o escritor Manuel Pinheiro Chagas. Os chefes da esquerda constitucional, homens bem instalados, reivindicavam a herança setembrista das décadas de 1830 e 1840. A democracia, para eles, constituía um objectivo a ser atingido pacificamente, pela lei, isto é, sem a revolução. Estavam dispostos a tolerar os Braganças e também alianças com os mais «liberais» entre os católicos, aqueles que seguiam o tipo de catolicismo social e cívico em que militava outro amigo de Franco, o padre Sebastião Leite de Vasconcelos, fundador das Oficinas de São José no Porto (1882)<sup>25</sup>. O padre Sebastião pertencia à roda dos Saldanhas (tinha sido preceptor do filho do 2.º duque de Saldanha), que, tradicionalmente, combinaram a defesa dos dogmas católicos com o radicalismo democrático. Em suma, a área política de Franco coincidia com uma espécie de democracia cristã, expressão possível para o radicalismo moderado preferido pela esquerda respeitável<sup>26</sup>. No entanto, sempre que a tensão latente entre liberalismo e catolicismo estalava em confronto, Franco sabia a que lado pertencia. Em 1886 votou com a maioria da Câmara, ao lado de José Elias Garcia, grão-mestre do Grande Oriente Lusitano e chefe do Partido Republicano, contra a minoria católica. Em 1895 enfrentou publicamente o cardeal-patriarca de Lisboa no caso célebre do casamento civil de um operário moribundo. Bernardino Machado, grão-mestre da maçonaria (1895-1899), elogiou sempre Franco por, depois de consultar Bernardino por carta, haver seguido o conselho deste e posto o filho numa *república* em Coimbra, segundo «o método liberal», em vez de o entregar às *pensões* regidas por padres, como faziam as famílias *snobs*<sup>27</sup>.

Em sintonia com este radicalismo dentro dos limites da monarquia e favorecido por Fontes, Franco pôde explorar as possibilidades abertas pela «transformação dos partidos» na década de 1880. Nos fins da década de 1870, a maior parte dos políticos estavam alinhados em duas frentes, regeneradores e progressistas. Os regeneradores eram os «amigos políticos» de Fontes, que governara o país desde 1871. Os progressistas opunham-se-lhe desde 1876 em nome dos princípios da esquerda. No entanto, estas frentes

---

<sup>24</sup> V. Maria Filomena Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, Porto, Afrontamento, 1999, p. 146, nota.

<sup>25</sup> Franco apresentou-o como bispo de Beja em 1907.

<sup>26</sup> V. Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1980.

<sup>27</sup> Ângelo Vaz, *Bernardino Machado*, Porto, 1950, p. 114.

tinham chegado a 1881 irremediavelmente fragilizadas. Fontes ficara comprometido com os acidentes bancários de 1876. Os progressistas haviam decepcionado durante o seu governo de 1879-1881. Quando regressou, Fontes afastou-se dos antigos regeneradores e dedicou-se a uma ampla manipulação e renovação da elite política, no meio de um fluxo permanente de rumores sobre entendimentos *contra natura* e cumplicidades inesperadas, que acabou por subverter os partidos da década de 1870. Franco não se deu mal com esse ambiente de incerteza e reviravolta. Eleito por Fontes, nunca deu mostras de fidelidade. Em 1886, quando Guimarães lançou a campanha pela autonomia municipal, não hesitou em chefiar manifestações de rua e em dar-lhes voz no parlamento, amplificando um acidente que viria a servir de pretexto para a demissão de Fontes. Conquistou, assim, uma grande popularidade em Guimarães, cujos notáveis locais nunca haviam de esquecê-lo, numa relação que ele cultivou cuidadosamente ao longo da vida. Foi em Guimarães, logo em 1886, que surgiu o primeiro franquismo, dotado de um hino, «o hino João Franco». Esta apetência pela política popular foi característica da geração política de Franco, que a usou para se tornar independente das lideranças políticas estabelecidas<sup>28</sup>. Os chefes da oposição, José Luciano de Castro e Mariano de Carvalho, ajudaram a promover o jovem Franco, em quem reconheceram um factor de sarilhos. Depois da subida ao poder dos progressistas, este favorecimento continuou. Foi Mariano de Carvalho, em Dezembro de 1886, quem nomeou Franco para auditor do Tribunal do Contencioso Fiscal Aduaneiro. Perante tais gentilezas, Franco hesitou sobre o seu destino partidário. Mas, sempre muito orgulhoso do seu «faro», não deve ter acreditado que José Luciano estivesse para durar. Ficou na oposição.

Em 1887, Fontes desaparecia subitamente. Como disse o pai de Franco, o «patrão» morrera e agora eram «muitos a mandar». Agravou-se a «desordem por toda a parte», desde Lisboa até aos lugares da província<sup>29</sup>. Na luta pela sucessão de Fontes, Franco acompanhou Hintze Ribeiro, o antigo ministro da Fazenda. Era uma opção natural, visto Hintze Ribeiro ser, na corte fontista, o mais próximo de Manuel Vaz Preto Geraldês. Mas Hintze seria em breve ultrapassado por Lopo Vaz de Sampaio e Melo, outro antigo ministro de Fontes. Na década de 1870, Lopo tinha sido um dos jovens do antigo Partido Reformista que haviam preferido juntar-se a Fontes, em vez de se unirem aos históricos no Partido Progressista. De dentro do governo de José Luciano, Lopo contava com a cooperação discreta de Mariano de Carvalho, seu ex-correligionário no Partido Reformista e reconhecido como o mais poderoso chefe progressista. Franco acabou por trocar Hintze por Lopo. Este, não por acaso, foi também o momento em que rompeu com

---

<sup>28</sup> Ramos, *A Segunda Fundação*, p. 130.

<sup>29</sup> Frederico Franco, carta a João Pinto dos Santos, 14-2-1887, in *CJF-JPS*, p. 108.

Manuel Vaz. Assim, cerca de 1888, Franco mudou de «amigos políticos». Nunca se arrependeu. Sob a direcção de Lopo, envolveu-se em todos os grandes debates parlamentares na oposição ao gabinete progressista. Mostrou as qualidades certas para a guerra de assembleia: era «eloquente, pronto na réplica, fulminante na investida»<sup>30</sup>.

Lopo Vaz confessara ao escritor Trindade Coelho que «os nossos pais podiam começar a vida pelo princípio, mas que nós tínhamos de a começar ao menos pelo meio»<sup>31</sup>. Esta pressa separou a geração de Lopo e ainda a de Franco da geração de Fontes. De facto, o *ultimatum* britânico de Janeiro de 1890 e o descalabro financeiro, pressentido havia algum tempo e consumado em Maio de 1891, foram vistos como abrindo a possibilidade de uma renovação do pessoal político. Lopo jogou forte. Utilizou o malfadado tratado de Agosto de 1890 para esmagar Hintze, responsável pela sua negociação. Depois, oficializou a aliança com Mariano de Carvalho e formou governo em Maio de 1891. Lopo cultivou os notáveis e as relações com a província, encheu as repartições de gente agradecida, tentou fazer-se querido em vários meios, desde os financeiros até à esquerda revolucionária. A sua flexibilidade estratégica era notória: em 1890 aparecera como o guardião da ordem; em 1891, como o defensor dos republicanos. No Verão de 1891, Lopo, apoiado por Mariano, parecia talhado para ser o novo Fontes. Em Portugal, os grandes partidos formavam-se a partir do poder e das suas benesses e os outros partidos a partir dos marginalizados. O fontismo tinha sido um grande partido de poder e os progressistas a união dos excluídos pelo fontismo. Em 1890-1891, Lopo parecia estar a reproduzir a ascensão de Fontes vinte anos antes, em 1870-1871. Como reconheceu Fialho de Almeida, Lopo tinha as qualidades certas para suceder a Fontes: era um «génio» a «despachar párocos e escriturários da fazenda»<sup>32</sup>. Franco colaborou entusiasticamente na edificação deste novo fontismo. Tanto no Ministério da Fazenda (14-1-1890/13-10-1890) como no das Obras Públicas (21-5-1891/17-1-1892) entrou sempre a matar. Publicou relatórios bombásticos, denunciando os erros e a incompetência dos seus predecessores. Prometeu reformas temíveis. Legislou abundantemente. A oposição reconheceu-o logo como mais um candidato a Pombal, fascinado pelas possibilidades de fazer «vida nova». Era a época em que Mariano de Carvalho pedia a Lopo Vaz que o deixasse declarar bancarrota, como viria a fazer Oliveira Martins em 1892. Estavam convencidos de que «um craque medonho» seria o prefácio adequado àquela «vida nova» que os liberais

---

<sup>30</sup> Cabral, *Os Culpados*, p. 45.

<sup>31</sup> J. F. Trindade Coelho, «Autobiografia», in *Os Meus Amores. Contos e Baladas*, Lisboa, Europa-América, s. d., p. 249.

<sup>32</sup> Fialho de Almeida, *Os Gatos*, Lisboa, Clássica, 1913, vol. v, p. 29.

prometiam desde 1834 e que esta geração se sentiu, finalmente, capaz de realizar<sup>33</sup>. Esta mistura de catastrofismo e grandes esperanças marcou Franco profundamente. Habitou-o a governar com drama e excesso de zelo.

Em 1892, a saúde traiu Lopo Vaz. Acabaria por morrer em Abril. No próprio dia do funeral, perante a urna, muita gente ouviu Franco clamar indiscretamente que agora «quem tem unhas, trepa». Franco já tinha algumas unhas. Movia-se bem em vários meios. Em 1890 dava-se com um grupo de aristocratas e literatos *snoobs* que lhe proporcionaram acesso ao Paço. Mas conversava também com o seu antigo colega Augusto Fuschini nos subterrâneos da extrema-esquerda maçónica. Consciente da sua relativa juventude, aproximou-se de Hintze Ribeiro, então encostado ao governo de José Dias. A sua relação mais importante e sólida era com Carlos Lobo de Ávila, filho do conde de Valbom, o antigo herói da esquerda de 1865. Lobo de Ávila impressionara a universidade com o seu positivismo ateu. Agora deslumbrava os salões aristocráticos com as suas boas maneiras e fascinava os políticos com as suas intrigas. D. Carlos dava-se muito com ele. Franco aproveitou a boleia desta amizade, que ele e Lobo de Ávila entenderam, algo operaticamente, como um pacto sagrado. Franco ainda contava com a fraternidade de Bernardo Correia de Melo, futuro conde de Arnoso e secretário privado do rei. Estas amizades eram fundamentais para um político ambicioso como Franco. A prerrogativa régia era o grande recurso dos governos para cilindrar oposições nas câmaras, o que fazia do rei, tal como em Itália ou em Espanha, o verdadeiro árbitro entre a elite política. Parecer que se tinha o favor do rei ou, pelo menos, acesso privilegiado à corte era um trunfo decisivo<sup>34</sup>.

Um ano depois do enterro de Lopo Vaz, outro funeral, o da sua própria mãe, D. Luísa Henriqueta Pinto Franco Castelo Branco, revelava a crescente importância de Franco. Vieram 300 carruagens. Mas Franco não era simplesmente o herdeiro de Lopo Vaz. Em 1887 casara com Lívia Ferrari Schindler, descendente de famílias de negociantes estrangeiros estabelecidos em Lisboa, entre os quais o grande capitalista italiano Francisco Ferrari (falecido em 1853). Este matrimónio deu-lhe entrada na boa sociedade lisboeta, nesse meio de aristocratas e negociantes enriquecidos que prosperou sobretudo na década de 1880, quando Lisboa se deixou deslumbrar pelo novos-ricos e redescobriu o gosto do sangue azul. O casamento fê-lo, por exemplo, cunhado do conde de Carnide, grande proprietário, diplomata e par do reino. Tornou-o também parente do visconde de Silva Carvalho, par do reino e neto do célebre líder vintista José da Silva Carvalho. Por outro lado, o casamento pô-lo, a prazo, no caminho de uma enorme fortuna, a dos

---

<sup>33</sup> Rui Ramos, *Liberal Reformism*, cap. 4.

<sup>34</sup> Id., «D. Carlos, rei», in AAVV, *D. Carlos de Bragança — A Paixão do Mar*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança/Expo-98, 1996, pp. 114-120.

marqueses de Pallavicini di Grimaldi, banqueiros genoveses aparentados com os Ferrari. Em 1898, através da mulher, Franco foi um dos dois herdeiros de Alexandre, marquês de Pallavicini di Grimaldi.

Franco, tal como disse D. Carlos, era um homem que acreditava na sua «estrela». Era, de facto, um homem com sorte. Aos 30 e poucos anos, o ex-magistrado de província arranjava um bom emprego em Lisboa e excelentes contactos no meio político, na alta sociedade e no Paço. À primeira vista, não era uma personagem fascinante: «Costas bastante arqueadas, face angulosa, malares salientes, beiços carnudos, crânio de conformação anormal, olhos vivos e penetrantes, expressão dura, que o pequeno bigode não adoçava.» Nunca justificou descrição mais lisonjeira do que esta. A alguns lembrava um «japonês»<sup>35</sup>. Tal como o pai, era irascível, estranhamente supersticioso e incerto. As cartas que Carlos Lobo de Ávila lhe escreveu quando os dois passaram pelo governo, em 1895, são um rosário de queixas contra os seus sarcasmos violentos, imprevisíveis mudanças de humor, tendência para desconfiar de toda a gente e gosto perverso de partir a louça toda à mínima contrariedade. No entanto, Franco suscitou afeições capazes de resistir ao seu insuportável feitio, a começar pela de Lobo de Ávila. Nas cartas deste, Franco é também o irónico «menino virtuoso», hábil em congeminar golpes políticos, de cujo sucesso retirava um prazer infantil, sempre pronto para se desenfadar com uma «gracinha» e até para se rir de si próprio e das suas manias. O segredo de Franco, porém, estava naquilo a que os contemporâneos chamavam «carácter». Franco cultivou cuidadosamente o mito da sua personalidade: a «vontade de ferro», o «espírito enérgico e honrado», a temeridade.

Não é difícil descortinar, na lenda da personalidade de Franco, a influência de alguns modelos correntes na cultura liberal. O primeiro é o do cidadão republicano, à *Rousseau*, sincero e sentimental, entremeando mostras de rudeza com efusões de simpatia. Franco passou, assim, por ser um homem impoluto num meio em que corriam rumores de corrupção sobre quase toda a gente ou ainda um homem enérgico e frontal quando todos pareciam enleados por compromissos e cobardias. Numa Lisboa que se divertia com os deboches dos ministros, a exemplar vida familiar de Franco suscitava comentários reverentes. O outro modelo era o do «inglês» austero e desportivo, muito popular entre os positivistas da década de 1870. Foi assim que Franco se mostrou à *Ilustração Portuguesa* em Dezembro de 1907: começava a trabalhar às 7 e meia, não bebia nem fumava, praticava «pedestrianismo» e esgrima três vezes por semana. Lia muito.

<sup>35</sup> Cabral, *Os Culpados*, p. 39.

Pelo seu lado, os inimigos preferiram classificar este «japonês» segundo a ciência da degeneração então em voga. A morbidez da personagem, filho único de uma senhora achacada, parecia óbvia. Todos lhe conheciam o génio frenético e as violentas nevralgias faciais, que frequentemente o prendiam à cama dias seguidos. Mas Franco soube utilizar a doença a seu favor. Em vez de a esconder, exibiu-a sempre como a prova de que era um homem determinado pelos nervos e pelo coração, visceralmente incapaz de segundas intenções ou de hipocrisia. Havia aqui uma certa habilidade psicológica para singrar num meio pequeno, onde toda a gente conhecia toda a gente. A brutalidade de Franco era o tumultuoso pano de fundo que fazia ressaltar ainda mais os seus actos de gentileza e devoção. Uma pequena atenção sua tinha um efeito muito mais forte do que a cordialidade rotineira de políticos suspeitos de ronha e hipocrisia.

Franco gostava de exhibir a sua vontade de conseguir algo de puro e nobre na política. Era nisto igual a todos os outros chefes liberais, sempre prontos, entre si, a tratar com amarga ironia os empenhos que precisavam de satisfazer e a lamentar os egoísmos fúteis e os interesses triviais de uma pequena sociedade que os não deixava ser grandes estadistas europeus<sup>36</sup>. Num país analfabeto e pobre, a elite letrada a que Franco pertencia estava destinada a mandar. Mas essa elite tinha um objectivo, que era conseguir a gradual integração dos indivíduos e classes no governo do Estado através de um processo de associação, informação e participação. Era na medida em que pudessem desempenhar este papel de uma elite virtuosa, transparente e aberta ao talento e aos interesses legítimos que os liberais se sentiam mandatados para governar e era assim que eles avaliavam entre si o direito a exercer o poder. As descrições do sistema liberal em Portugal como uma oligarquia parlamentar num país semiperiférico esquecem a tensão entre a gestão do poder e a sua justificação ideológica. Não é possível compreender Franco sem compreender isto. Em 1897, o conde de Arnos, secretário do rei, queixava-se-lhe de que o filho se fizera republicano. Franco respondeu-lhe que compreendia o rapaz muito bem. Como é que podiam estar satisfeitos com o presente quando tinham sido educados para fins superiores<sup>37</sup>.

No fundo, os motivos e a força de Franco vinham da má consciência do regime. Mas a distinção positivista entre factos e valores poupou-o ao desalento. O leitor de Taine não queria ter ilusões. Tal como Fontes, sabia que «a melhor política é servir os nossos amigos e aqueles que podem vir a ser nossos amigos»<sup>38</sup>. O seu comentário sobre Henrique de Barros Gomes, um

---

<sup>36</sup> V., e. g., Mariano de Carvalho, *Os Planos Financeiros*, Lisboa, 1893, pp. 326-329, e Serpa, in B. Pato, *Memórias* [1894], Lisboa, Perspectivas, n. d., vol. II, p. 193.

<sup>37</sup> Franco para Arnos, 30-3-1897, UCL-EARC.

<sup>38</sup> Franco para A. Castelo Branco, 4-1-1890, UCL-EARC.



cristão liberal da esquerda constitucionalista, é sintomático: «Dizem que Barros Gomes teve sempre boas intenções. Teria... Mas de boas intenções está o inferno cheio<sup>39</sup>.» Franco não queria ter boas intenções: queria ter bons resultados. «Em política, só os resultados importam», observou em 1908. Podia-se ter grandes ideias, ser capaz de desenhar excelentes planos, dispor de grande habilidade. Se não houvesse determinação e sorte, tudo isso seria nada. Por isso, Franco acreditava na sua própria «estrela». Não podia permitir-se outra coisa.

## AS REFORMAS DE 1895

Entre 1893 e 1897, no executivo presidido por Hintze Ribeiro, Franco foi, com o posto de ministro do Reino, uma espécie de co-presidente do Conselho. Ao princípio, a imprensa afecta comparou o ministério com os gabinetes reformistas de Fontes de 1878 e 1884-1885<sup>40</sup>. No entanto, em 1895, Franco, o reformador de serviço, aboliu uma grande parte dessas reformas fontistas. Mas, como alguém observou, Franco desfez a obra de Fontes obedecendo à mesma inspiração oportunista de Fontes<sup>41</sup>. Esta observação escapou sempre a uma historiografia distraída por uma mal interpretada cumplicidade entre Franco e Oliveira Martins. Esta suposta ligação foi usada pelos seus opositores de 1895 para lhe atribuírem o plano de «uma reacção anti-democrática» e depois sistematicamente invocada pelos escritores republicanos interessados em arranjar um álibis profundos para o golpe de 1910. De facto, as reformas de Franco não são o resultado das doutrinas de Oliveira Martins<sup>42</sup>. Franco explorou os debates ideológicos dentro da elite liberal e foi, acima de tudo, acicatado pela necessidade de resolver o imbróglia político legado por Fontes aos seus sucessores.

## GERIR O FACCIONALISMO

As reformas de 1895 destinavam-se sobretudo a resolver dificuldades políticas. Segundo os comentadores da época, a política portuguesa evoluíra, desde 1880, de uma esforçada imitação do sistema bipartidário inglês para uma reprodução preocupante do sistema francês de múltiplos grupos. Em 1893 havia, pelo menos, doze facções independentes no parlamento<sup>43</sup>. Era

---

<sup>39</sup> Cabral, *Os Culpados*, p. 41.

<sup>40</sup> «O programa do governo», in *Tarde*, 24-2-1893.

<sup>41</sup> J. M. Casal Ribeiro, *Carta e Pariato*, Lisboa, 1896, p. 35.

<sup>42</sup> Ramos, «Oliveira Martins e a ética republicana», cit., pp. 167-169.

<sup>43</sup> *Tempo*, 24-11-1893.

um problema que afligia todos os Estados europeus<sup>44</sup>. Em Portugal tinha sido, em larga medida, agravado pelo «transformismo» fontista entre 1881 e 1886. Embora tanto Franco como Hintze tivessem vindo do partido de Fontes, o governo de 1893 deixara de fora o líder nominal dos regeneradores, António de Serpa Pimentel, cujos amigos logo se afirmaram como os primeiros opositores ao gabinete. O governo, fundado na coligação das facções parlamentares comandadas por Franco e por Hintze, não vivia do sustento de um partido, mas da intenção de «servir toda a gente»<sup>45</sup>. Juntos, assim, à sua volta grupos e personalidades de vária procedência, incluindo muitos progressistas e radicais. As múltiplas remodelações ministeriais reflectiram a delicada gestão desse séquito, que não tinha outro sentido de disciplina senão o dos interesses e vaidades satisfeitos. Os conselhos de ministros, em casa de Hintze Ribeiro, duravam até de madrugada, com a maior parte do tempo gasto a adivinhar como é que A e B iriam reagir a certa decisão.

Neste sentido, o governo de 1893 vinha na tradição dos gabinetes «independentes» de 1890-1893. Tal como esses outros ministérios, os seus objectivos principais eram chegar a acordo com os credores externos (como se conseguiu pela lei de 20 de Maio de 1893) e reorganizar as forças armadas. Também, tal como esses governos, enfrentou o permanente desassossego das facções, incentivado pela percepção da fraqueza do ministério. José Luciano de Castro, o antigo líder progressista, constituía uma das dores de cabeça de Hintze e Franco. Convencido de que a falta de dinheiro gastaria qualquer ministério, preferia fazer *lobby* a estar no governo. Em troca, viu-se reconhecido um feudo pessoal no distrito de Aveiro e era consultado regularmente pelos ministros<sup>46</sup>. Mas José Luciano era dado a grandes flutuações. Uma vez quis ajudar o ministério, como Sagasta, em Espanha, ajudara o governo de Cánovas para reforçar a monarquia constitucional num momento crítico. Outras vezes acometia-o a tentação de reunir os descontentes sob a bandeira dos «velhos princípios» progressistas e fazer oposição. Poucos acreditavam que os ministros sobrevivessem à rivalidade entre Hintze e Franco e sobretudo à falta de dinheiro. Os câmbios, as estatísticas das alfândegas e até a meteorologia (por causa das colheitas) estavam sempre a ser pesquisadas para

---

<sup>44</sup> «Government by groups», in *The Economist*, 27-8-1892, p. 1090, e «The confusion prevalent in European legislatures», *ibid.*, 2-12-1893, p. 1428.

<sup>45</sup> Franco para J. Cunha Pimentel, 10-12-1893, UCL-EARC; Carlos Lobo de Ávila para Mariano de Carvalho, 9-7-1895, BNL-CMC.

<sup>46</sup> Franco para José Luciano, 20-8-1893, ASCMA-EJLC, cx. 1, n.º 75, e 3-9-1893, *ibid.*, cx. 1, n.º 72; Hintze para José Luciano, 31-8-1893, ASCMA-EJLC, cx. 1 n.º 28; José Luciano para D. Carlos, 3-12-1893, ANTT-EJLC; Franco para Jerónimo da Cunha Pimentel, 12-6-1894, UCL-EARC; Montalverne para Amaral, 18-11-1894, in Montalverne Sequeira, *Correspondência*, ed. de Oliveira Marques e F. C. Louro, Ponta Delgada, Universidade de Ponta Delgada, 1980, p. 57.

justificar os rumores de uma bancarrota iminente. Para disciplinar os rebeldes não bastava aos ministros demonstrar que estavam unidos ou tinham dinheiro. Precisavam sobretudo de provar que o rei só a eles daria os instrumentos constitucionais para governar e que, portanto, a insubmissão nunca compensaria. No entanto, D. Carlos revelou-se tão prudente como o pai. À pequena família real faltava dinheiro e amigos. Faltava também um ambiente de fidelidade dinástica, que os liberais nunca cultivaram. Por isso, o rei não podia arriscar-se demasiado. D. Carlos evitou sempre ficar «a descoberto» como o único apoio do governo. Cada vez que Hintze e Franco o convidavam para o conselho de ministros, o rei fechava-se num silêncio irónico e distante que deixava os ministros em ânsias<sup>47</sup>. A confiança do rei era geralmente medida pelo uso da prerrogativa régia, sob a forma da dissolução da Câmara dos Deputados ou nomeação de pares do reino. O governo nunca se cansou de arranjar pretextos para pedir estes favores ao rei. O primeiro foi a necessidade de uma base partidária firme e coerente, à inglesa. O regresso ao bipartidarismo justificou uma primeira dissolução parlamentar em Dezembro de 1893. Assim reforçado, o governo encerrou várias associações económicas lisboetas que resistiam ao aumento dos impostos planeado pelo ministro Fuschini. Esta fanfarronada, porém, não impediu o abandono da reforma fiscal nem demoveu José Luciano<sup>48</sup>. Com efeito, José Luciano não tinha razões para se conter. Basicamente, nenhum parlamento poderia funcionar sem um compromisso entre o governo e a oposição para evitar obstrução maliciosa. No fim de 1894, José Luciano fomentou os tumultos necessários para provocar a suspensão das sessões. Se quisessem reabrir o parlamento, os ministros teriam de se submeter ao chefe progressista.

Foi neste contexto que surgiram as reformas de 1895. A urgência de uma reforma do sistema político, constantemente debatida na imprensa e no parlamento, foi, acima de tudo, o novo pretexto a que o governo recorreu para conseguir uma segunda dissolução parlamentar no começo de 1895. Como era de esperar, as reformas satisfizeram as necessidades dos ministros. A actualização dos cadernos eleitorais, por exemplo, garantiu que não haveria eleições antes do fim do ano e que, portanto, o parlamento estaria fechado até Janeiro de 1896, livrando o governo da pressão de José Luciano. Na prática, os ministros escolheram, entre a multiplicidade de projectos de reforma em circulação nos debates parlamentares, o que mais lhes convinha no momento, mesmo contradizendo o que tinham anunciado. Esperava-se, por exemplo, que restabelecessem os pequenos círculos eleitorais, que era suposto diminuir a influência governamental. Mas, por isto mesmo, os

<sup>47</sup> Fuschini, *Liquidações*, pp. 200 e segs.

<sup>48</sup> Ávila para Franco, 30-6-1894, UCL-EARC; Augusto Pereira de Miranda para José Luciano, 24-9-1894, ASCMA-EJLC, cx. 18, n.º 1558; José Luciano para António Enes, s. d., Biblioteca Nacional de Lisboa — Espólio de António Enes, maço 147, n.º 71.

ministros optaram por grandes círculos, invocando o combate ao caciquismo. Estes desvios deixaram marcas nos decretos: toda a gente reparou que, no caso do código administrativo, o relatório inicial divergia do articulado da lei<sup>49</sup>.

Durante um ano, o governo pôs as reformas em vigor por decreto. O recurso a decretos-leis, posteriormente ratificados no parlamento, era um velho hábito, também corrente em Espanha e Itália e até consagrado pelo Supremo Tribunal de Justiça. A Carta Constitucional dava-lhe cobertura em matéria do ultramar (artigo 15.º do Acto Adicional de 1852). No entanto, o costume nunca foi regulamentado para o Portugal europeu, o que permitiu a todos os partidos, quando na oposição, denunciar a legislação por decreto como uma violação da separação dos poderes — uma «ditadura»<sup>50</sup>. A «ditadura» era um termo pejorativo usado por todas as oposições na Europa. Em 1893, em Inglaterra, os conservadores acusaram Gladstone de ter instituído uma «ditadura política» por causa da *gagging regulation*, que agora dificultava a obstrução parlamentar<sup>51</sup>. Acusados de «ditadura», Hintze e Franco comprometeram-se a fazer apenas «administração», e de uma maneira aberta, justificando as suas actividades em relatórios e discursos públicos. Contestar a «ditadura» implicava contestar o papel constitucional do rei, pois era a prerrogativa régia que, de facto, possibilitava ao governo dispensar o parlamento e acumular poderes. Se a «ditadura» consistia — como a definia a oposição — na violação da separação dos poderes, o poder moderador atribuído ao rei na constituição era, pela sua própria natureza, «ditatorial», porque o rei tinha competências para interferir em todos os outros poderes. Como dizia Mariano de Carvalho, tudo dependia do rei<sup>52</sup>. Por isso, os mais enraivecidos dos amigos de José Luciano resolveram exhibir em público as suas velhas cumplicidades com os republicanos numa «união liberal».

O ano «ditatorial» de 1895 tivera um precedente em 1886-1887, sob José Luciano. Nessa altura, a oposição incitara o povo à revolução contra o «despotismo»<sup>53</sup>. Oito anos depois foi a vez de José Luciano se indignar.

<sup>49</sup> *Vanguarda*, 24-2-1893, p. 2; Montalverne para Amaral, 5-12-1894, in Sequeira, *Correspondência*, p. 63; «A reforma administrativa», in *Século*, 6-3-1895; «Código Administrativo», in *Tempo*, 8-3-1895; «Reformas», in *Novidades*, 3-10-1895; Franco para L. Magalhães, 12-10-1895, BNL-ELM; Casal Ribeiro, *Carta*, pp. 120-121; *Economista*, 19-1-1896, p. 68; Arroio, discurso, *DCD*, 31-1-1896, pp. 138-139; Teixeira de Sousa, discurso, in *DCD*, 1-2-1896, p. 121.

<sup>50</sup> A. Lawrence Lowell, *Governments and Parties in Continental Europe*, Boston, 1896, vol. 1, pp. 165-166; Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, Lisboa, 1908, pp. 578-579; Caetano Gonçalves, *Supremo Tribunal de Justiça*, Coimbra, 1932, pp. 143-144.

<sup>51</sup> *Annual Register*, 1893, p. 189.

<sup>52</sup> *Diário Popular*, 14-6-1895.

<sup>53</sup> V. o debate sobre a «ditadura» progressista em *DCD*, 11-5-1887, pp. 50 e segs.; comparar com o debate em *DCD*, 28-1-1896, pp. 103 e segs. Até 1887, os governos requereram «bills de indemnidade» nove vezes: em 1837, 1843, 1848, 1853, 1868, 1870, 1875 e 1876 (v. São Clemente, *Estatísticas*, p. 611).

Tal como os regeneradores tinham feito em 1887, a União andou em comícios pelo país a expor o governo como uma conspiração miguelista e a insinuar a necessidade ou iminência da proclamação da república. Os ministros aproveitaram para clamar que José Luciano se havia tornado «jacobino» e para dar a entender ao rei que a demissão do governo, nestas circunstâncias, seria uma rendição perigosa. Finalmente, quando a União Liberal se revelou um fracasso, puderam argumentar que não enfrentavam qualquer resistência séria. De facto, ninguém estava interessado em esticar demasiado a corda. José Luciano não queria tornar-se impróprio para governar a monarquia. Os ministros não queriam que o rei concluísse que eles tinham provocado uma revolução. Logo surgiram rumores de que o ministério oferecera a José Luciano a vitória em um ou dois dos novos círculos eleitorais<sup>54</sup>. Mas José Luciano e os amigos acabaram por preferir o «retraiamento» típico das oposições fracas e abster-se nas eleições de Novembro. Foi uma decisão sábia. O governo seduzira demasiados influentes e os antigos progressistas estavam demasiado divididos. A prova veio umas semanas depois, quando José Luciano, pressionado pelos seus amigos da província, arriscou disputar as eleições locais e perdeu os antigos bastiões do Porto, Braga e Viseu.

#### REFORMISMO E OPORTUNISMO

O interesse das reformas de 1895 está na luz que lançam sobre a mentalidade da elite política. Formado no positivismo universitário, Franco sempre insistiu em que os «critérios da acção política» deviam ser deduzidos da «observação dos factos sociais», e não de «princípios *a priori*»<sup>55</sup>. Por isso, apresentou os seus decretos de 1895 sobre administração local (2-3-1895), o sistema eleitoral (28-3-1895) e a Câmara dos Pares (25-9-1895) como a correcção prática das deficiências que impediam o Estado de representar e servir os cidadãos<sup>56</sup>. Franco propôs-se converter os municípios, até aí centros de política local a caminho da bancarrota, em centros de serviços públicos. Para isso restringiu-lhes a capacidade para se endividarem, hierarquizou-os de acordo com os meios disponíveis e aboliu os concelhos financeiramente inviáveis: cerca de 50, ou um em cada cinco. Com a lei eleitoral pretendeu livrar o parlamento da oligarquia de burocratas e bacharéis e abri-lo à representação genuína de cidadãos independentes e produtores — «como em Inglaterra»<sup>57</sup>.

<sup>54</sup> *Correio da Noite*, 15-4-1895; «Eleições», in *Novidades*, 24-4-1895; «Água mole», *ibid*, 26-9-1895.

<sup>55</sup> J. Franco, *A minha gerência no Ministério das Obras Públicas*, Lisboa, 1892, p. 4.

<sup>56</sup> V. o relatório da comissão parlamentar, in *DCD*, 28-1-1896, pp. 100-103, e Franco, discurso, in *DCD*, 1-2-1896, pp. 1364-1371, e *A Reforma Parlamentar*, Lisboa, 1897.

<sup>57</sup> *Tarde*, 8-4-1895; «Eleições», *ibid*, 29-10-1895.

Franco limitou a 50% o número de lugares disponíveis na Câmara dos Deputados para funcionários, médicos e juristas. Impôs um teste de leitura e escrita ou a prova do pagamento de certa quantia em impostos directos para inscrição nos cadernos eleitorais, de modo a impedir os poderosos de os encherem com dependentes e incapazes. Quis ainda diluir o poder dos caciques das pequenas localidades, instituindo círculos eleitorais distritais. Anulou a tradição dos acordos para a partilha dos lugares de deputado, extinguindo a representação das minorias. Finalmente, aboliu a parte electiva da Câmara dos Pares para assegurar que os seus membros seriam escolhidos pelo rei entre os contribuintes<sup>58</sup>.

Estes decretos formavam um libelo violento contra o regime. Pressupunham um Estado ideal, «inglês», cujo fim era representar e servir uma massa de cidadãos independentes e produtivos, e denunciavam o Estado existente como pervertido por uma oligarquia de burocratas e juristas, facciosa e incompetente, aliada aos caciques de aldeia na manipulação de eleições. No entanto, as leis de Franco não vinham do exterior, mas precisamente dos debates no interior da elite política. A lei administrativa acudia à angústia com o endividamento municipal, facilitado pela descentralização fontista de 1878, que já tinha sido restringida em 1886 por essa razão<sup>59</sup>. A lei eleitoral prolongava a tradição da lei de 1884, que instalara grandes círculos eleitorais para atenuar «as ilegítimas influências locais»<sup>60</sup>. A quota de funcionários e profissionais liberais parecia justificada pelo facto de, em 1894, 68% dos deputados serem empregados do Estado (46% eram funcionários públicos e 17% militares) e de outros 9% serem advogados e médicos. Obviamente, o carácter adversarial do processo político fez com que a oposição tivesse tentado encontrar as intenções mais sinistras para atribuir a Franco. Embora se reconhecesse que a extinção de concelhos era necessária, Franco foi acusado de «centralismo», ao que ele retorquiu citando a autonomia que dera aos Açores e à Madeira<sup>61</sup>. Por outro lado, houve também efeitos inesperados. Para não excluir eleitoralmente as classes trabalhadoras, Franco reduziu o censo a metade, de 1000 para 500 réis<sup>62</sup>. No entanto, num país onde o analfabetismo era gigantesco e os contribuintes fugiam ao fisco, a percen-

---

<sup>58</sup> «Reformas constitucionais», in *Diário Popular*, 27-9-1895; Teixeira de Sousa, discurso, in *DCD*, 29-1-1896, p. 122; relatório da comissão parlamentar, in *DCD*, 11-2-1896, pp. 266-272.

<sup>59</sup> Rodrigues Freitas, «As finanças das corporações administrativas», in *Comércio do Porto*, 26-8-1888; «Reforma do município», in *Correio da Noite*, 29-9-1891.

<sup>60</sup> «Reforma eleitoral», in *Tempo*, 3-1-1889 e 24-11-1892; *Novidades*, 5-1-1889; *Jornal do Comércio*, 6-1-1889; «Lei eleitoral», in *Tarde*, 31-10-1892 e 2-11-1892; «Ilegalidades eleitorais», *ibid.*, 8-11-1892; «Abusos eleitorais», *ibid.*, 22-11-1892.

<sup>61</sup> «O novo Código», in *Tarde*, 7-3-1895.

<sup>62</sup> Domingos Tarroso, *A Forma de Votar*, Lisboa, 1898, p. 57; *Economista*, 24-11-1895, p. 587.

tagem de homens adultos registados como eleitores caiu de 72,3% em 1890 para 50%<sup>63</sup>. É, todavia, curioso que este tivesse sido um dos aspectos das reformas franquistas que menos escândalo causou. A concepção do cidadão ideal como um contribuinte ilustrado não permitia aos liberais chorar sobre analfabetos. Os argumentos de Franco, fundados na ideia de uma comunidade de eleitores conscientes e capazes e de um sistema representativo transparente e sem intermediários ilegítimos (caciques ou facções), permaneceram suficientemente convincentes para serem reproduzidos pelos republicanos depois de 1910, quando também eles precisaram de justificar a abolição dos pequenos círculos e do direito de voto dos analfabetos<sup>64</sup>.

Os decretos de Franco correspondiam aos fantasmas da cultura liberal. Reflectiam também o impacto da campanha boulangista em França, sobretudo da sua denúncia do parlamentarismo como uma perversão oligárquica da democracia<sup>65</sup>. O boulangismo coincidiu com a crise de autoridade do governo progressista português em 1888-1889 e os seus temas tiveram algum eco entre a oposição, sobretudo entre os dissidentes do progressismo. No entanto, Franco, sempre um cuidadoso leitor do *Le temps*, saíra em defesa do parlamentarismo como o único sistema capaz de garantir um «regime de liberdade pública e tolerância para todos os indivíduos e classes sociais»<sup>66</sup>. A sua reforma parlamentar ecoa os argumentos de outros líderes reformistas, como Francisco Silveira, chefe de governo de Espanha em 1899, ou Sidney Sonnino, primeiro-ministro italiano em 1906. De resto, a quota para os burocratas era uma ideia italiana<sup>67</sup>. A semelhança entre Franco e Silveira foi óbvia para um jornalista espanhol que entrevistou Franco em 1904<sup>68</sup>. Eram «liberais moderados». Admitiam que os parlamentos tinham deixado de expressar os interesses da população, mas defendiam-nos como essenciais para garantir um governo eficiente e honesto. Como notava Sonnino, o Estado liberal só sobreviveria se fosse percebido como «o representante supremo e imparcial de todas as classes, de todos os cidadãos, de todos os interesses da nação inteira»<sup>69</sup>. A solução estava em expurgar as instituições

---

<sup>63</sup> J. Sobral e P. T. Almeida, «Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901», in *Análise Social*, 1982, n.º 72, p. 651.

<sup>64</sup> F. F. Lopes, *Poder Político e Caciquismo na Primeira República*, Lisboa, Estampa, 1994, pp. 85-95.

<sup>65</sup> Sobre o boulangismo, largamente noticiado em Lisboa, v. Jean Garrigues, *Le général Boulanger*, Paris, Perrin, 1991.

<sup>66</sup> Franco, discurso, *DCD*, 3-2-1892, p. 7.

<sup>67</sup> *Economista*, 17-3-1895, p. 295; *Século*, 4-4-1895; Teixeira de Sousa, discurso, in *DCD*, 29-1-1896, pp. 121-122, e 16-8-1897, p. 673; Alpoim, «Correio da noite», in *Primeiro de Janeiro*, 18-8-1897.

<sup>68</sup> «Entrevista com o conselheiro João Franco», *DI*, 18-8-1904.

<sup>69</sup> Sonnino, discurso (4-12-1900), in S. Sonnino, *Discorsi parlamentari*, Roma, Câmara dos Deputados, 1925, vol. II, p. 653.

representativas dos oligarcas e grupos de pressão que as tinham adulterado<sup>70</sup>. Segundo Silvela, era trabalho para um governo forte, apoiado por um partido capaz de mobilizar as «forças vivas conservadoras»<sup>71</sup>. Sonnino, pelo seu lado, só confiava no rei para, de acordo com o espírito da Constituição, reclamar o poder executivo e livrar o parlamento dos grupos de pressão ilegítimos<sup>72</sup>.

Tal como Silvela ou Sonnino, Franco encarava as dificuldades do Estado liberal como uma questão de restabelecer a confiança dos cidadãos nas instituições, o que dependia de os cidadãos capacitados, instruídos e com meios de vida independente serem envolvidos no processo político a todos os níveis. Para Franco, o alargamento da comunidade política era imposto em Portugal pela falta de meios para uma política de benesses, como aquela que permitira a Fontes contentar o povo com vias férreas, estradas e fontanários. Para Fontes, devido ao «atraso cívico das massas» em Portugal, o regime representativo só poderia funcionar fundado no consenso entre os homens ilustrados, conquistando o resto da população pelos benefícios derivados do seu governo<sup>73</sup>. Desde 1890 faltou dinheiro para fazer funcionar esta «política burocrática», como Franco lhe chamou: na década de 1890 foram construídos 86 km de via férrea, contra 944 na década anterior. Faltava também consenso dentro da elite: entre 1890 e 1893, a agitação das facções parlamentares causou sete mudanças totais ou parciais no governo e quatro eleições gerais. Os custos pareciam evidentes. Sabia-se que só um acordo com os credores externos poderia restabelecer as finanças públicas. Sempre que um governo chegava a esse acordo, a oposição denunciava-o como a submissão à «tutela estrangeira», e tudo falhava. Mariano de Carvalho queixava-se de que em Portugal nenhum ministério se aguentava contra «três jornalistas sem escrúpulos» e «meia dúzia de intrigantes da Arcada». Faltava «um elemento ponderador de força, de ordem, de autoridade»<sup>74</sup>. Esse elemento, na prática, só podia ser o rei. Mas Franco, nos seus decretos de 1895, imaginou-o como uma comunidade cívica.

A crise de 1890, tal como a de 1868, que teve causas análogas (o colapso da economia brasileira e das bolsas europeias), levou os políticos a oscilar entre a defesa da ordem e o reformismo democrático. A devolução de poder

---

<sup>70</sup> Silvela, «Desprestigio del sistema parlamentario en España» (1896), in *Artículos, Discursos, Conferencias y Cartas*, ed. Felix de Llanos Torriglia, Madrid, 1922, vol. II, pp. 233-254.

<sup>71</sup> Id., «No hay parlamento porque no hay gobierno» (1897), in *Artículos*, vol. II, pp. 278 e segs. A mesma ideia em Sonnino, «Del governo rappresentativo in Italia» (1872), in *Scritti e discorsi extraparlamentari*, ed. Benjamin Brown, Bari, Laterza, 1972, vol. II, pp. 42-43.

<sup>72</sup> Sonnino, «Torniamo allo statuto» (1897), em *Scritti*, vol. I, pp. 577 e segs.

<sup>73</sup> Fontes, discurso, in *Correspondência de Portugal*, 13-2-1881.

<sup>74</sup> Carvalho, *Os Planos*, p. 13.



a uma comunidade de cidadãos era um tema favorito da esquerda ordeira, que passara pelo governo entre 1868 e 1871, com um programa inspirado pelo dos progressistas espanhóis, então também no poder. Mas Franco fora também afectado pelo radicalismo positivista que se desenvolvera nas universidades na década de 1870, precisamente no rescaldo do fracasso dos governos esquerdistas. Os novos radicais eram cépticos. Conheciam o efeito perverso das instituições representativas quando o eleitorado não passava de uma massa de camponeses analfabetos comandados por padres, lavradores ricos e delegados do governo. Viam no *influyente local*, fantasiado por Herculano como um elemento de ligação cívico entre o centro e a periferia, uma força sinistra que, interpondo-se entre o Estado e o povo, impedia este de ascender à cidadania. Para romper o bloqueio representado por analfabetos e caciques, os jovens positivistas sugeriram ousadias, como precisamente a representação da população através de grupos profissionais, ou a libertação do executivo em relação ao parlamento, dominado pela oligarquia. Insistiram sempre, porém, em que apenas pretendiam tornar real o sistema representativo e nunca saíram da via constitucional — o que, na prática, os condenava a dependerem da boa vontade do rei. Não quer dizer que não pudessem imaginar mundos diferentes. Mas é importante notar que só alguém nas margens do espectro político, como Basílio Teles, tenha defendido uma ditadura revolucionária<sup>75</sup>.

O regime esboçado por Franco em 1895 consistia num governo mantido pelo rei e assessorado por um parlamento corporativizado e tecnicista, mais do que propriamente político. Apesar da adopção de uma fórmula similar pelo «Estado Novo» no século XX, seria um erro atribuir-lhe uma origem reaccionária. A ideia de um parlamento corporativo foi desenvolvida primeiramente na década de 1850 por J. F. Henriques Nogueira, uma das referências da esquerda republicana, não como a expressão política de uma filosofia corporativa, mas como um expediente para quebrar o monopólio político de funcionários e advogados. O mesmo, de resto, defendeu em 1891 a Liga Liberal de Augusto Fuschini. As reformas de 1895 podiam, portanto, ser concebidas à esquerda, e foi aí que Franco sempre se esforçou por estar, como notou Carlos Lobo de Ávila<sup>76</sup>. Assim, quando se discutiu a reforma da Câmara dos Pares, preferiu destacar, não a abolição do pariato electivo, mas do hereditário, e o limite posto ao número de pares nomeáveis (90), que assegurava o predomínio dos 120 deputados nas previstas reuniões das duas câmaras. A reforma podia, portanto, ser interpretado como um esforço de

---

<sup>75</sup> Ramos, *Liberal Reformism*, cap. 4; Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p. 251.

<sup>76</sup> Ávila para Franco, 16-1-1895, UCL-EARC.

democratização. Por isso, os colaboradores de Franco não hesitaram em comparar-se aos grandes estadistas de esquerda da década de 1830<sup>77</sup>.

Esta maquiagem esquerdista surpreenderá quem se habituou à lenda do Franco reaccionário da propaganda republicana do século XX. Mas faz todo o sentido no contexto da época. Franco queria começar uma era nova, mas concebia essa renovação segundo os padrões da cultura liberal. A grande renovação de que essa cultura guardava memória era a da Regeneração de 1851, que havia saneado as finanças e reorganizado o sistema partidário. Franco gostava de se comparar aos seus líderes, Rodrigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Melo. Acusados de serem «oportunistas como Fontes», os seguidores de Franco aceitavam a designação com orgulho, visto que «o oportunismo é a única maneira de governar em Portugal»<sup>78</sup>. O objectivo de Franco era colocar-se em condições de realizar, finalmente, o ideal oportunista da «monarquia liberal». A «monarquia liberal» era o equivalente monárquico da «república conservadora», apurada pelos líderes da Terceira República francesa, como Paul Gambetta, o pai do «oportunismo». Tratava-se em ambos os casos de um regime que preservaria a ordem ao mesmo tempo que, gradual e consensualmente, ia impondo o progresso<sup>79</sup>. Esta foi a fórmula em que assentaram todos os liberais portugueses desde Fontes. Na década de 1890 confundiu-se com um programa de protecção alfandegário, legislação social, austeridade orçamental e reforma do parlamento, adoptado por todos os governos.

O sucesso da «monarquia liberal», porém, dependia de um entendimento com os radicais. O radicalismo era uma corrente poderosa no Estado liberal. Continha uma explicação simples para todos os males nacionais, atribuídos à monarquia e à Igreja. Alimentado por uma imprensa especializada em boatos e insultos, dominava as escolas superiores e os cafés das cidades. Mas o que levava Franco e os seus colaboradores a explorar o radicalismo não era o medo da esquerda revolucionária, mas precisamente o contrário<sup>80</sup>. De facto, o seu governo propôs-se perdoar aos golpistas de 1891 e financiar o regresso dos exilados. A elite liberal acreditava que o PRP — desacreditado pelo 31 de Janeiro de 1891 e sobretudo pela escandalosa reunião com os republicanos espanhóis em Badajoz a 24 de Junho de 1893 — falhara e que

---

<sup>77</sup> Manuel Fratel, discurso, in *DCD*, 29-1-1896, pp. 122-123.

<sup>78</sup> Casal, *Carta*, p. 129; Teixeira Bastos, *A Crise*, Porto, 1894, p. 164; *Tempo*, 16-10-1894; *Novidades*, 4-12-1894; «Reformas políticas», in *Tarde*, 11-10-1895; Teixeira de Sousa, discurso, in *DCD*, 29-1-1896, p. 119; Franco, discurso, in *DCD*, 1-2-1896, p. 1370.

<sup>79</sup> V. Augusto Fuschini, entrevista, in *Mundo*, 10-8-1907. Sobre o oportunismo de Gambetta, v. Jérôme Grévy, *La république des opportunistes, 1870-1885*, Paris, Perrin, 1998.

<sup>80</sup> Por exemplo, a abolição do sufrágio dos chefes de família afectou sobretudo o eleitorado rural e deu maior peso aos centros urbanos, onde a esquerda revolucionária tinha mais apoio [v. «Reforma eleitoral», in *Diário Popular*, 2-4-1895, e «Coisas políticas», *ibid.*, 4-4-1895, e M. Antonieta Cruz, «Os eleitores de Rodrigues de Freitas em 1871 e 1878», in A. Almodôvar (ed.), *Rodrigues de Freitas. A Obra e os Contextos*, Porto, CLC-FLUP, 1996, pp. 173-188].

os seus militantes estavam disponíveis para serem manipulados por um estadista hábil. Era o que os primeiros regeneradores tinham feito, na década de 1850, aos republicanos deprimidos pelos fracassos de 1847-1848. Daí a insistência ministerial em tratar os republicanos como um simples *lobby* radical dentro da monarquia, em vez de uma ameaça subversiva<sup>81</sup>. Era um destino que já não repugnava a muitos revolucionários portugueses, suggestionados pelo «oportunismo» de Gambetta e pelo pacto entre Castelar e a esquerda monárquica em Espanha. Barjona de Freitas, com a Esquerda Dinástica, e Augusto Fuschini, com a Liga Liberal, haviam sondado os republicanos para integrarem um novo partido de esquerda constitucional<sup>82</sup>. Em 1893, Franco procurara desviar essa corrente a seu favor, convencendo Fuschini a entrar no governo. Franco manteve boas relações com uma parte dos republicanos lisboetas, entre os quais preponderavam alguns parentes da mulher (como o médico Horácio Esk Ferrari e o advogado Manuel de Arriaga), e adoptou algumas das suas causas favoritas, como a abolição do castigo corporal nas forças armadas e uma rigorosa investigação criminal sobre a corrupção nos serviços públicos. Em 1893 demitiu um agente da polícia acusado de agredir o director do diário republicano *Vanguarda*. Em 1895, perante o Congresso Católico em Lisboa, o principal órgão do governo declarou, bombasticamente, «le clericalisme, voilà l'ennemi»<sup>83</sup>. Em Maio, o governo convidou conhecidos republicanos para o banquete dado ao embaixador brasileiro. Estas operações tiveram algum efeito: em Agosto, uma sondagem entre os leitores do diário radical *O Século* revelava que Franco era o seu político preferido<sup>84</sup>. Para a direita católica e miguelista, Franco estava às ordens dos «jacobinos», comprometido em intrigas maçónicas e nos motins anticlericais de Junho de 1895<sup>85</sup>.

De facto, Franco limitava-se a reatar as cumplicidades que haviam sustentado o oportunismo fontista. Repare-se que os ministros radicais de 1893, Fuschini e Bernardino Machado, tinham sido colaboradores de Fontes. Obviamente, os inimigos denegriram os esforços de Franco. O próprio Fuschini, depois de abandonar o governo perante a revolta do país contra o seu plano de reforma fiscal, resolveu fingir, de forma a restaurar a sua reputação de esquerdista, que o tinha feito por haver tentado resistir a uma conspiração

<sup>81</sup> Franco para D. Carlos, 4-3-1895, UCL-EARC; Mello e Sousa, discurso, in *DCD*, 31-1-1896, p. 137.

<sup>82</sup> V. Fuschini, *Liquidações Políticas*, pp. 115 e segs.; v. também A. Carvalho Homem, *A Propaganda Republicana, 1870-1910*, Coimbra, s. d., 1988, pp. 36-37.

<sup>83</sup> *Dia*, 15-2-1895; «O Partido Progressista», in *Tarde*, 3-8-1895.

<sup>84</sup> *Século*, 29-8-1895.

<sup>85</sup> «O préstimo maçónico-republicano, monárquico-liberal», in *A Nação*, 23-4-1895, e 25-4-1895. Carlos Lobo de Ávila, o mais íntimo aliado de Franco, defendia a separação da Igreja e do Estado (v. as suas *Reflexões Críticas sobre as Reformas da Carta*, Lisboa, 1881, pp. 18-22).

realista. Revelou, assim, que Franco lhe confessara querer *engrandecer o poder real*. Era uma expressão que podia ser interpretada em sentidos opostos. Fuschini traduziu-a maliciosamente como significando «aumentar o poder da monarquia»<sup>86</sup>. Quase de certeza, Franco usou-a no sentido mais corrente até então, o de «aumentar o prestígio da monarquia» governando à esquerda<sup>87</sup>. Era uma velha ideia da esquerda constitucional, o meio onde Franco crescerá politicamente. A direita liberal tinha uma concepção legalista do rei, como a personificação da Constituição. Mas à esquerda o ódio aos reis coexistia com a esperança de ver a causa da democracia servida por um príncipe liberal, como D. Pedro V (1855-1861), que chamara os «patuleias» ao poder e se vira encorajado a seguir a receita bonapartista. D. Luís (1861-1889), porém, compreendera o papel do rei como o de conferir um mandato de governo a um pequeno número de políticos, assim consagrados como chefes de partido. Muitos esperaram que D. Carlos, que detestara Fontes e exibia opiniões «avançadas», rompesse com os chefes de partido e se afirmasse como um novo D. Pedro V. Não por acaso, tinha sido José Falcão, o líder republicano, quem exigira uma «revolução feita pelo rei»<sup>88</sup>. Inevitavelmente, D. Carlos viu-se acusado de querer restabelecer a monarquia absoluta. Tinha sido sempre esse o refrão de todos aqueles que se sentiam marginalizados pelas escolhas do rei: Fontes fizera a mesma acusação a D. Pedro V e os progressistas a D. Luís.

#### O FRACASSO DAS REFORMAS

Até ao fim de 1895 tudo correu bem. Os câmbios tinham estabilizado e as disponibilidades financeiras do governo aumentaram. Ainda em Dezembro de 1895, enquanto a Itália era humilhada na Abissínia, o ministério pôde celebrar a derrota de uma tribo de zulus protegida pelos ingleses em Moçambique. A vitória, porém, obtida à custa de uma expedição de 3000 homens (cerca de 10% do exército), aumentou o défice em 30%<sup>89</sup>. A abstenção nas eleições gerais de 1895 deixou o ministério vexado. Desde o começo de 1896, os homens sábios e graves começaram a achar o governo «gasto»<sup>90</sup>. Em Agosto, finalmente, o câmbio brasileiro quebrou e o português teve a mesma sorte. Os ministros queixaram-se de estar a ser vítimas de uma conspiração financeira, enquanto a oposição sugeriu que só um novo governo poderia restaurar a confiança dos investidores. Constava que apenas a

---

<sup>86</sup> Fuschini, *Liquidações*, p. 342.

<sup>87</sup> V., e. g., José Luciano, discurso, in *DCD*, 27-1-1877, onde o chefe progressista usa a expressão «robustecer a monarquia com as reformas»; Júlio Vilhena, discurso, *ibid.*, 16-5-1887, p. 577; Franco, discurso, 23-1-1901, in *DI*, 24-1-1901, p. 2.

<sup>88</sup> Ramos, «D. Carlos», cit., pp. 122-124.

<sup>89</sup> Hintze Ribeiro, *Administração Financeira*, Lisboa, 1897, p. 13.

<sup>90</sup> *Economista*, 9-2-1896, p. 170.

necessidade de sujeitar José Luciano a uma quarentena de respeitabilidade impediu o rei de despedir o governo<sup>91</sup>. O rei estava decepcionado com Franco e Hintze. Tinham-lhe jurado que iam poupá-lo aos trabalhos dos governos de «independentes» de 1890-1893, os quais, sem apoio parlamentar sólido, constantemente precisaram do rei. A verdade é que nenhum outro governo recorrera à prerrogativa régia tantas vezes. Tal como D. Luís, em 1878, D. Carlos convertera-se no alvo principal do despeito oposicionista. Nesse ambiente de irreverência, pequenos incidentes, como o apedrejamento da carruagem real em Lisboa em Fevereiro de 1896, adquiriram um sentido especial. O embaixador inglês notou que o rei andava profundamente irritado<sup>92</sup>.

O maior fracasso do governo, porém, estava no parlamento não partidário, essa «representação fiel de todos os elementos fundamentais da vida nacional», com que Franco contava para sustentar o seu velho projecto de uma governação sem preconceitos partidários, concentrada em resolver os problemas reais do país – e sobretudo compensar a abstenção dos progressistas<sup>93</sup>. Governos anteriores já haviam encorajado as associações económicas a apresentar candidatos a deputado. Franco, que negociara a pauta alfandegária de 1892, como presidente da Comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados, devia conhecer os grupos de pressão económicos. No Outono de 1895, porém, quase desesperou de encontrar negociantes e lavradores disponíveis<sup>94</sup>. O seu plano supunha uma sociedade civil pura, existindo à parte do Estado e do mundo político, para o abastecer de apoio e de parlamentares de um novo tipo. Mas, numa sociedade analfabeta e pobre, a pequena reserva de pessoas capazes e politicamente motivadas já estava bastante esgotada pelo sistema<sup>95</sup>. Por outro lado, a maior parte das associações económicas, frequentemente consultadas pelos governos, preferiam funcionar como grupos de pressão, em vez de se verem reduzidas à condição de pequenos grupos parlamentares obrigados a confrontar-se pública e directamente uns com os outros. Quando percebeu isso, Franco renunciou logo à ideia de uma segunda câmara corporativa<sup>96</sup>. Assim, as reformas passaram no meio de indiferença, com a única excepção da supressão de concelhos, festejada nos que absorveram os seus vizinhos e contestada nos outros. Quanto às novas «for-

<sup>91</sup> *Jornal do Comércio*, 29-12-1896.

<sup>92</sup> MacDonnel para Salisbury, 28-1-1897, PRO-FO, 63/1327.

<sup>93</sup> Franco, discurso, in *DCD*, 6-6-1887, pp. 1055-1070.

<sup>94</sup> Franco para Montalverne, 4-10-1895, in Sequeira, *Correspondência*, p. 72; Franco para L. Magalhães, 27-10-1895, BNL-ELM; Franco, *A Reforma Parlamentar*, p. 11; H. Baptista, *Eleições Parlamentares na Europa*, Porto, 1903, pp. 9 e 291.

<sup>95</sup> Por exemplo, em Évora, entre 1850 e 1860, 53% dos mais ricos proprietários e negociantes passaram pela câmara municipal (v. Hélder Fonseca, «Elites económicas alentejanas», in *Análise Social*, 1996, n.º 136, p. 737).

<sup>96</sup> Franco, discurso, in *DCD*, 1-2-1896, p. 1369.

ças vivas» parlamentares, proporcionaram imediatamente um motivo de chacota para a snobice lisboeta.

Franco andou sempre desconfiado e inseguro, muito mal-humorado e com tendências para brigar com toda a gente. As suas táticas nunca foram claras, mesmo para os mais íntimos. Dizia-se que queria substituir Hintze. Mas dizia-se também que estava pronto para se juntar a José Luciano num novo gabinete<sup>97</sup>. Em Setembro de 1895, a súbita morte de Carlos Lobo de Ávila privou-o do seu contacto principal no Paço. Restava-lhe Hintze, a quem sempre desprezou e a quem culpou pelo descalabro financeiro de 1896. D. Carlos não lhe merecia mais estima ou confiança. Em Julho de 1895, sentindo-se ofendido pelo rei, pensou em demitir-se. Pôs a correr que apertara financeiramente a família real. Em privado, ironizava sobre a vocação de D. Carlos para o lazer<sup>98</sup>. Em Janeiro de 1896, Franco deve ter sentido o fim próximo. Declarou então que não continuaria no governo muito mais tempo<sup>99</sup>. As reformas tinham-no amachucado. O sistema de quota afastara muitos políticos do parlamento e foi ressentido mesmo pelos seus próximos<sup>100</sup>. A mania de reagir a todas as sugestões da imprensa foi-lhe fatal. Em 1896, os jornais exigiram medidas contra os anarquistas, que tinham posto a primeira bomba em Lisboa. Franco copiou uma lei da França republicana para ameaçar os desordeiros com a deportação e banir a «propaganda anarquista» (lei de 13 de Fevereiro). A proibição cobria apenas a instigação à violência, e não as teorias. Mas o indiscriminado zelo de um juiz serviu à oposição para provocar a suspensão dos jornais que maliciosamente noticiaram motins anarquistas em Barcelona. A suspensão era fácil de contornar, bastando a mudança do título do jornal (*O Diário Popular* reapareceu como *O Popular*). No entanto, os mesmos jornalistas que tinham vociferado contra a «anarquia» bramavam agora contra o «despotismo».

Franco, com a reputação «liberal» manchada, reformava, entretanto, as suas reformas. Em 1895 quisera substituir a oligarquia pelas «forças vivas». Agora, parecia convertido ao bipartidarismo «à inglesa». Os defensores deste sistema argumentavam que a competição entre dois partidos de governo seria o meio mais eficaz para tornar o sistema político sensível à opinião pública. Seria necessário, porém, que a competição fosse séria e os dois partidos verdadeiramente distintos um do outro. Era para resguardar o partido da oposição contra a pressão administrativa do partido no poder que se contava com os pequenos círculos eleitorais. Era este o modelo político preferido por José Luciano<sup>101</sup>. Foi

---

<sup>97</sup> «Política amena», in *Tempo*, 28-10-1893; Montalverne para Amaral, 4-11-1894, in Sequeira, *Correspondência*, p. 55; Ávila para Franco, 8-1-1895, UCL-EARC; 30-6-1895, *ibid.*, e 12-7-1895, *ibid.*

<sup>98</sup> Ávila para Franco, 12-7-1895 e 15-7-1895, UCL-EARC.

<sup>99</sup> «Reunião política», in *Tarde*, 17-1-1896.

<sup>100</sup> Paçô Vieira para Montalverne, 18-6-1897, in Sequeira, *Correspondência*, p. 111.

<sup>101</sup> «Reformas», in *Correio da Noite*, 27-10-1891 e 2-4-1895.

esta lógica que Franco adoptou em 1896 para restaurar parcialmente os pequenos círculos. Muito provavelmente, pensou em usar os radicais e ex-progressistas ligados ao governo para inventar um partido de esquerda<sup>102</sup>. O rei, porém, preferiu apostar num entendimento entre Hintze e José Luciano. Em Janeiro de 1897, segundo o velho ritual, o governo pediu uma fornada de pares e demitiu-se quando o rei a recusou. José Luciano, chamado ao poder, escolheu os ministros apenas entre antigos progressistas. Mais tarde, em 1900, Hintze, falecido António de Serpa, seria proclamado chefe de uns reinventados «regeneradores». Ficou então reconstruído o bipartidarismo. Entretanto, enquanto José Luciano lhe desmantelava o resto das reformas, preservando apenas a restrição do direito de voto (51 dos 54 concelhos extintos foram ressuscitados e a quota parlamentar acabou), Franco anunciava que a sua vida política chegara ao fim. Eça de Queirós, que o encontrou no Paço, deixou-se convencer e explicou à mulher: «O Franco abandonou definitivamente a política por tédio. É bom rapaz<sup>103</sup>.» De facto, tratava-se apenas do fim do primeiro acto.

## CONCLUSÃO

O presente estudo permite-nos fazer três observações finais. Em primeiro lugar, Franco pensou a sua actuação referindo-se ao passado e sobretudo à tradição reformista representada pela esquerda liberal. Se alguma coisa o caso de Franco revela, é o peso da tradição liberal sobre a elite política da monarquia. O liberalismo não era simplesmente um instrumento ideológico, mas uma cultura que envolvia a elite e limitava o que ela podia pensar e executar. Franco conservou-se fiel ao velho projecto liberal de integrar os indivíduos capacitados num Estado transparente e aberto, sob o império da lei. O seu ideal político manteve-se o da «monarquia liberal», o equivalente dinástico da «república conservadora» representada pela Terceira República francesa: um regime que preservasse a ordem ao mesmo tempo que, gradual e consensualmente, fosse facilitando o progresso.

Em segundo lugar, as origens do espírito reformista que animava Franco não estavam na rejeição do liberalismo, mas sobretudo na tentativa de consumir as soluções para que apontava o debate liberal. Politicamente formado na intersecção do radicalismo universitário e da esquerda constitucional com o oportunismo fontista, Franco era, social e culturalmente, um membro da elite liberal, preso às ideias e aos costumes dessa elite. A «crise» de 1890

---

<sup>102</sup> «Os partidos», in *Tarde*, 9-9-1895; *Tempo*, 26-11-1895; «Não fazem falta», in *Novidades*, 20-11-1895.

<sup>103</sup> Eça de Queirós para Emília de Castro, 16-4-1898, in *Correspondência Epistolar*, ed. Campos Matos, Porto, Lello, 1995, p. 500.

exaltou a sua ânsia de reformar, tal como crises análogas em 1868 ou em 1876 haviam entusiasmado outros reformadores. O liberalismo partia de determinados princípios, mas constituiu-se, enquanto regime político, como um debate entre várias alternativas. O reformismo era um efeito deste debate. Era através das reformas, da mudança legal, jurídica, que os liberais pensavam a sua relação com o passado e o futuro. Franco e os outros chefes políticos do regime tiveram sempre um largo *menu* de opções, dentro dos termos do debate liberal, com as quais provar a sua vontade de melhorar o país. A este respeito, não houve de facto uma ruptura entre o Franco de 1895 e o Fontes de 1885.

Finalmente, a última observação diz respeito ao «autoritarismo» de Franco. Num país em que 70% da população adulta era analfabeta e perante uma classe média pequena e faccionalizada, a única via para a reforma estava no governo apoiado pelo rei. Tinha sido esta sempre a via do liberalismo, desde 1834. O reformismo teria sempre de ser «autoritário» neste sentido: o de reforçar o poder do executivo, por via da monarquia, contra a elite política. Mas este «autoritarismo» foi um autoritarismo liberal, que nunca deveria ter sido confundido com o autoritarismo comunista ou fascista do pós-guerra. Em suma, o franquismo, pelas suas origens, não tem absolutamente *nada* a ver com os movimentos antiliberais que se desenvolveram na Europa da década de 20.

#### SIGLAS E ABREVIATURAS

- ANTT-EJLC: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa) — Espólio de José Luciano de Castro.
- ASCMA-EJLC: Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Anadia (Anadia) — Espólio de José Luciano de Castro.
- BNL-ELM: Biblioteca Nacional de Lisboa — Espólio de Luís Magalhães.
- CJF: *Cartas Políticas de João Franco a Tavares Proenca*, ed. por José Lopes Dias, Castelo Branco, Estudos de Castelo Branco, 1964.
- CPJF-JPS: *Cartas Políticas de João Franco a João Pinto dos Santos*, ed. por José Lopes Dias, Castelo Branco, Estudos de Castelo Branco.
- DCD: *Diário da Câmara dos Deputados*.
- DGP: *Diário da Câmara dos Pares*.
- DI: *Diário Ilustrado*, Lisboa.
- PRO-FO: Public Record Office (Londres) — Foreign Office.
- UCL-EARC: Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) — Espólio de António Rodrigues Cavalheiro.
- UCL-EJF: Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) — Espólio de João Franco.